

# **PROGRAMA DE CONCURSO**

**Concurso Público Internacional, alínea a) do N.º 1 do Art.º 20º do CCP**

## **Manutenção de Espaços Verdes Municipais 2026/2027 - Lotes**

### **SECÇÃO I CLÁSULAS GERAIS**

#### **ARTIGO 1º**

##### **Objeto do Concurso**

1.1- Concurso Público Internacional constituído por 14 (catorze) Lotes, com a referência “PAQ 140/2025 – EDOC/2025/33853 - Manutenção de Espaços Verdes Municipais 2026/2027”, em conformidade com o estipulado no Caderno de Encargos.

1.2 - O concurso é aberto nos termos da alínea a) do N.º 1 do Artigo 20 do CCP na redação da Lei N.º 30/2021 de 21/5, que regula o presente concurso.

#### **ARTIGO 2º**

##### **Entidade Adjudicante**

2.1 - A entidade adjudicante é o Município de Viseu com sede na Praça da República, 3514-501 Viseu, com o numero de telefone 232 427 427, site [www.cm-viseu.pt](http://www.cm-viseu.pt) e email [uocp@cmviseu.pt](mailto:uocp@cmviseu.pt).

2.2 - O processo de concurso decorre na Unidade de Contratação e Logística, através da plataforma eletrónica [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt) de acordo com as condições constantes do Programa de Concurso e Caderno de Encargos.

### **ARTIGO 3º**

#### **Órgão que tomou a decisão de Contratar**

A decisão de contratar foi tomada por Deliberação de Câmara em Reunião Ordinária de 22/05/2025.

### **ARTIGO 4º**

#### **Impedimentos**

Podem apresentar propostas as entidades que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no Artigo 55º do Decreto-Lei nº 18//2018, de 29 de janeiro, na sua versão e redação atual (Código dos Contratos Públicos).

### **ARTIGO 5º**

#### **Consulta e disponibilização das Peças do Procedimento**

5.1 - As peças do procedimento, são integralmente disponibilizadas, gratuitamente, na plataforma eletrónica de contratação pública da “acingov”, disponível no Portal [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt) e através da qual serão realizadas todas as notificações e comunicações.

5.2 - A participação no concurso, depende de prévia inscrição a ser efetuada no portal [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt).

### **ARTIGO 6º**

#### **Preço Base**

6.1 - A entidade adjudicante dispõem-se a pagar pelo serviço de Manutenção de Espaços Verdes Municipais 2026/2027 - Lotes, o valor máximo de 872.486,52€ (Oitocentos e setenta e dois mil, quatrocentos e oitenta e seis euros e cinquenta e dois cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. A fixação do preço teve em conta custos médios unitários, resultantes de anteriores procedimentos, para prestações do mesmo tipo.

6.2 - Na proposta a apresentar, os preços dos lotes não podem ser superiores aos indicados na tabela seguinte sob pena de exclusão da proposta nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP:

LOTE	Área Mensal a Manter (m²)	Preço Base (€) (24 meses)
A	58 312,04	83 969,34 €
B	37 067,14	71 168,91 €
C	26 094,59	50 101,61 €
D	40 052,47	65 449,38 €
E	29 492,29	56 625,20 €
F	31 759,35	64 436,43 €
G	45 908,63	85 931,35 €
H	24 721,56	47 465,39 €
I	19 011,85	27 377,07 €
J	60 531,02	78 010,68 €
L	11 045,47	21 570,10 €
M	61 493,66	126 666,67 €
N	94 798,00	55 314,40 €
O	20 000,00	38 400,00 €
Total	560 288,07	872 486,51 €

Os concorrentes devem ter em consideração o disposto na Cláusula 3.<sup>a</sup> do Caderno de Encargos.

6.3 - O valor inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público.

## **ARTIGO 7º**

### **Critério de Adjudicação e Desempate**

7.1 - A adjudicação será feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, determinada na modalidade prevista na alínea b) do N.º1 do Artigo 74º do CCP, isto é, avaliação do preço enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar.

7.2 - Caso se verifique empate das propostas, a proposta vencedora é apurada através de sorteio.

## **ARTIGO 8º**

### **Faturação e Condições de Pagamento**

8.1 - As quantias devidas pela entidade adjudicante, acrescidas do IVA às taxas legalmente em vigor, devem ser pagas no prazo de 30 (trinta) dias após a receção das respetivas faturas mensais que devem indicar o valor do pagamento devido pelos serviços de manutenção prestados e calculado com base no valor da proposta do adjudicatário.

8.2 - A fatura mensal só poderá ser emitida após a conclusão da prestação de serviços e/ou entrega dos bens para que possa ser processada e posteriormente paga, devendo mencionar, na mesma, o número sequencial de compromisso.

Nos termos do Artigo 299-B do Código dos Contratos Públicos a mesma deve ser emitida eletronicamente, pelas grandes empresas e remetida através do portal SaphetyDoc ([www.saphety.com](http://www.saphety.com)), com o qual o Município de Viseu tem parceria.

Nos termos do N.º 4 do Artigo 9º do Decreto-Lei nº 111-B/2017, de 31 de agosto, na sua redação atual (alterado pelo Decreto-Lei nº 13-A/2025, de 10 de março), as micro, pequenas e médias empresas, poderão até 31 de dezembro de 2025, proceder ao envio da fatura via CTT para o Município de Viseu, Praça da Republica - 3514-501 Viseu, ou para o e-mail: [au@cmviseu.pt](mailto:au@cmviseu.pt).

8.3 – A entidade adjudicante reserva-se o direito de não aprovação e devolução de uma fatura quando não incluam a seguinte informação: i. Designação da entidade adjudicante enquanto destinatário da fatura; ii. Designação do adjudicatário enquanto emissor da fatura; iii. Data da fatura; iv. Designação do contrato e nome do procedimento de contratação; v. Número do compromisso; vi. Período de faturação; vii. Valor do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA); viii. Valor da fatura após dedução e imposto.

8.4 – Em caso de não aprovação da fatura, deve a entidade adjudicante comunicar os fundamentos da decisão ao adjudicatário, por escrito, e no prazo de 30 dias. Em consequência desta ação, fica imediatamente suspenso o prazo de pagamento previsto no N.º 1 desta Cláusula.

8.5 - Quando se verifique a situação prevista no número anterior, o prazo de pagamento previsto no n.º 1 desta Cláusula só será reiniciado após o adjudicatário ter prestado os necessários esclarecimentos e procedido à emissão das faturas devidamente corrigidas.

8.6 - Desde que devidamente emitidas, as faturas são pagas no prazo referido no N.º 1 por meio de transferência bancária para conta a indicar pelo adjudicatário, ou por outro método acordado.

## **SECÇÃO II PROPOSTAS**

### **ARTIGO 9º**

#### **Prazo de apresentação de Propostas**

Nos termos estatuídos no N.º 1 do Artigo 136º do CCP em conjugação com o N.º 3 do mesmo artigo, o prazo para apresentação de propostas é de 30 (trinta) dias, a contar da data do envio para publicação do anúncio do procedimento no Jornal Oficial da União Europeia, até às 23h59.

### **ARTIGO 10º**

#### **Pedidos de Esclarecimentos**

10.1 - Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças de procedimento devem ser solicitados pelos interessados, por escrito, através de plataforma eletrónica de contratação

pública da “acingov”, disponível no Portal [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt), dentro do primeiro terço do prazo fixado para apresentação de propostas, conforme estatuído no N.º 1 do Artigo 50º do CCP.

10.2 - A competência para a análise dos pedidos de esclarecimentos caberá ao órgão competente para a decisão de contratar.

10.3 - Os esclarecimentos a que se refere o ponto 1, serão analisados e posteriormente comunicados, por escrito, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para apresentação das propostas. No caso dos esclarecimentos serem prestados para além do referido prazo, o prazo para apresentação das propostas será prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao atraso verificado.

10.4 - Os esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados e prestados, serão disponibilizados na plataforma eletrónica de contratação pública da “acingov”, disponível no Portal [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt) e juntos às peças do procedimento que se encontram patentes para consulta, sendo todos os interessados notificados desse facto.

## **ARTIGO 11º**

### **Regras de Participação**

11.1 - As propostas devem ser apresentadas, na plataforma eletrónica de contratação pública “acingov”, disponível no Portal [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt).

11.2 - Na proposta o concorrente manifesta a sua vontade de contratar e indica as condições em que se dispõe a fazê-lo.

11.3 - Na proposta o concorrente pode especificar aspetos que considere relevantes para a apreciação da mesma.

11.4 - Os preços, que não devem incluir o IVA, são indicados em algarismos e por extenso, prevalecendo em caso de divergência o valor expresso por extenso.

11.5 - A proposta deve mencionar expressamente que aos preços unitários acresce o IVA, indicando a taxa legal aplicável ou a referência ao regime de isenção se for o caso.

11.6 - A proposta deve ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.

11.7 - Em conformidade com o Artigo 65º do DL N.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua versão e redação atual, o prazo de manutenção das propostas é de 90 dias.

## **ARTIGO 12º**

### **Propostas variantes e subcontratação**

Não é admitida a apresentação de propostas variantes nem a subcontratação dos serviços a adjudicar no presente concurso.

## **ARTIGO 13º**

### **Negociação**

As propostas não serão objeto de negociação.

## **ARTIGO 14º**

### **Documentos da Proposta**

A proposta deverá ser constituída pelos seguintes documentos:

a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), emitido nos termos do N.º 6 do Artigo 57º do CCP.

b) Proposta formulada nos termos do Anexo A, que se junta.

Os concorrentes têm de apresentar a proposta para a execução do objeto do presente procedimento e o preenchimento da lista de preços unitários constantes do ficheiro “Lista Artigos” na Plataforma.

Os concorrentes terão de apresentar proposta para todos os lotes, à exceção dos Lotes M (Parque de Santiago) e N (Quinta da Cruz), pelas especificidades desses lotes.

A cada concorrente poderá apenas ser adjudicado um máximo de:

- a) 7 lotes se evidenciados 1 ou 2 concorrentes interessados;
- b) 5 lotes se evidenciados mais de 2 concorrentes interessados

Os concorrentes deverão indicar o número máximo de lotes, que, de acordo com as suas capacidades técnicas e humanas, poderão executar, salvaguardando a boa execução dos contratos a celebrar. Na atribuição, terão precedência os concorrentes que apresentem a proposta de menor preço para os lotes de maior valor – num máximo de quatro –, sendo os restantes atribuídos às propostas posicionadas em segundo lugar. O Lote O será o último lote a adjudicar, face às características específicas do mesmo. Lote M [Parque Urbano de Santiago] tem a especificação de ter que assegurar um colaborador em permanência todos os dias, nos horários definidos em artigo 75º. Inclui ainda a limpeza de sanitários e pista de *Checkup*, com substituição de consumíveis, conforme estabelecido em artigo 69º.

- c) Declaração de Honra do cumprimento do Artigo 419º-A do CCP. (Só aplicável às aquisições de serviços nos termos do Artigo 451º N.º 2 do CCP).
- d) Quaisquer outros documentos que o concorrente pretenda apresentar, por os considerar indispensáveis para efeitos do disposto na alínea b) do N.º 1 do Artigo 57.

## **ARTIGO 15º**

### **Modo de Apresentação e Entrega das Propostas**

15.1 - A proposta e os documentos que a constituem, são apresentados diretamente na plataforma eletrónica de contratação pública da “acingov”, disponível no Portal [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt).

15.2 - A proposta e os documentos que a constituem, devem ser redigidos em Língua Portuguesa ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais, datados e assinados, através de certificado digital qualificado, nos termos do Artigo 62º do CCP.

15.3 - Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 66 dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

## **SECÇÃO III**

### **CAUÇÃO**

## **ARTIGO 16º**

### **Prestação da Caução**

Não é exigida a prestação de caução nos termos do Artigo 88º do CCP.

## **SECÇÃO IV**

### **DECLARAÇÕES E DOCUMENTOS**

## **ARTIGO 17º**

### **Documentos de Habilitação e Prazo**

17.1 - Declaração emitida conforme o Anexo II do CCP, que também se junta, assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar, de acordo com a certidão da conservatória do registo comercial.

17.2 - Certidão do registo Comercial do Concorrente ou menção de código de acesso para a sua consulta on-line, nos termos do DL n.º 76-A/2006, de 29 de março.

17.3 - Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do Artigo 55.º do CCP, DL n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua versão e redação atual.

17.4 - Declaração de Inexistência de Impedimentos conforme Modelo Q em anexo, para cumprimento do Artigo 9.º da Lei N.º 52/2019, de 31 de julho.

17.5 - Documento comprovativo de registo no RCBE. (Não aplicável a entidades em nome individual, nem a empresas públicas) O incumprimento das obrigações declarativas previstas no Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, aprovado pela Lei N.º 89/2017, de 21 de agosto, Artigo 37.º N.º 1 alínea b), proíbe a celebração do contrato decorrente do presente procedimento, constituindo causa de caducidade da adjudicação por força do disposto nos Artigos 87.º-A e 86.º N.º 1 do CCP.

17.6 - Documento com a indicação do IBAN da entidade.

17.7 - Certificação de PME ou outra, para efeitos de faturação eletrónica.

17.8 - Declaração Laços de Interdependência, conforme Modelo em Anexo.

## **Artigo 18.º**

### **Modo e prazo para apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário**

18.1 - Os documentos de habilitação são apresentados diretamente na Plataforma Eletrónica indicada.

18.2 - Os documentos de habilitação deverão ser apresentados no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar da data da notificação da adjudicação;

18.3 - O prazo para supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar á caducidade da adjudicação nos termos do disposto no Artigo 86.º é de 3 dias;

18.4 - Quando os documentos de habilitação exigidos se encontrem disponíveis na internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar ao município de Viseu, o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítios e documentos estejam redigidos em língua portuguesa.

## **Artigo 19.º**

### **Preço anormalmente baixo**

Não aplicável.



## **Artigo 20º**

### **Contrato reservado**

Não aplicável.

## **Artigo 21º**

### **Tratamento de Dados Pessoais**

21.1 - Os dados pessoais a que os concorrentes tenham acesso durante o presente procedimento serão tratados em estrita observância com as regras e normas do regulamento geral sobre a proteção de dados (“RGPD”) – Regulamento (EU) 2016/679 do parlamento e do Conselho , de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e á livre circulação desses dados, da Lei N.º 58/2019, de 8 de agosto, que assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do RGPD (“LERGPD”), e demais legislação que lhe seja aplicável relativa a dados pessoais, devendo, apos a adjudicação do contrato, ser eliminados todos os dados pessoais a que tenham tido acesso no âmbito do procedimento ou por causa dele, exceto aqueles que possam ser necessários ao cumprimento de obrigações legais.

21.2 - A disposição constante do número anterior aplica-se a todos os concorrentes que se inscrevem como interessados na proposta e possam ter acesso a informação no âmbito do procedimento.

21.3 - Os concorrentes comprometem-se a cumprir integralmente e sem reservas com o estipulado no RGPD e LERGPD.

## **ARTIGO 22º**

### **Legislação Aplicável**

22.1 - Em tudo o que for omissa no presente Programa de Concurso, observar-se-á o disposto no CCP, aprovado pelo DL N.º 18/2008 de 29 de janeiro, e republicado pelo DL N.º 111-B/2017, de 31 de agosto na sua versão e redação atual.

22.2 - À contagem dos prazos previstos no presente Programa de Concurso aplicam-se as regras constantes dos Artigos 470º e 471º do CCP.

## **Anexo A**

### **Modelo de Proposta**

(Nome, estado, profissão e morada, e/ou firma e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento a que se refere o Anúncio do Procedimento nº..... publicado no DR/JOUE nº ....., obriga-se a fornecer os bens/prestar os serviços, em conformidade com o mesmo, pelo Valor Global de .....€ (por extenso e por algarismos). A este valor acresce o IVA à taxa legal em vigor.

- Valor global da proposta, com a indicação expressa da não inclusão do IVA à taxa aplicável:
- Condições de pagamento:
- Prazo de entrega e instalação do equipamento:

Data e assinatura:

## ANEXO II

### Modelo de Declaração

*[a que se refere a alínea a) do N.º 1 do Artigo 81.º]*

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de  
(1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no N.º 1 do Artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 — O declarante junta em anexo [ou indica ....como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do N.º 1 do Artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

..... (local), ..... (data), ..... [assinatura (5)].

*(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas*

*(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».*

*(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.*

*(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».*

*(5) Nos termos do disposto nos N.ºs 4 e 5 do Artigo 57.º*

## MODELO Q

### Declaração de Inexistência de Impedimentos

*(Declaração para cumprimento do Artigo 9º da Lei N.º 52/2019, de 31 de julho)(1)*

Nome: \_\_\_\_\_

Número de Documento de Identificação: \_\_\_\_\_

Morada: \_\_\_\_\_

na qualidade de concorrente/candidato no procedimento de contratação pública

\_\_\_\_\_. Declaro que não me encontro em nenhuma das situações previstas nos números 1 a 5 do Artigo 9º da Lei N.º 52/2019, de 31 de julho;

(OU)

Indicação da relação em causa, nos termos e para os efeitos previstos nos números 9 a 11 do Artigo 9º da Lei N.º 52/2019, de 31 de julho

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

*(1) Aprova o regime do exercício de funções por titulares de cargos políticos e altos cargos públicos*

## Declaração Laços de Interdependência

Para os devidos efeitos, a Empresa \_\_\_\_\_ com o Número  
de Identificação Fiscal \_\_\_\_\_ e Sede em \_\_\_\_\_ declara,  
sob \_\_\_\_\_ compromisso \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ honra \_\_\_\_\_ (1)

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_ .

Por ser verdade se assina a presente declaração

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025  
(Assinatura)

Documento de Habilitação - Identificar os laços de interdependência dos concorrentes com outras entidades, nomeadamente: a) participação maioritária no capital; b) elementos que impliquem um especial relacionamento entre si, como os que decorrem de partilharem representantes legais ou sócios.

## Declaração de Honra do Cumprimento

*(Modelo de declaração do cumprimento do disposto no artigo 419º-A do CCP)*

1. Nome, CC, \_\_\_\_\_ representante legal da empresa  
\_\_\_\_\_ com o NIPC/NIF \_\_\_\_\_ e sede  
\_\_\_\_\_, declara sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga  
a executar o contrato Nº \_\_\_\_\_ PAQ. \_\_\_\_\_, com trabalhadores que cumprem  
com as exigências constantes do artigo 419º - A do CCP.

2. Declara também que, caso o gestor do contrato designado pelo Contraente Público o  
solicite, apresentará, no prazo que lhe for definido, cópia dos respetivos contratos de trabalho  
dos trabalhadores afetos á execução do presente contrato de prestação de serviços.

Data \_\_\_\_\_

Assinatura \_\_\_\_\_